



1 Ata da 30ª Reunião do Conselho de Transparência Pública e Combate a
2 Corrupção conjunta com a 22ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de
3 Controle Interno. Data: 11 de Dezembro de 2017, às 14h00. Local: Sala de
4 reuniões da Secretaria de Estado de Controle e Transparência, situada na Av.
5 Governador Bley, 236, Ed. Fábio Ruschi, 8º andar, Centro, Vitória. Ao Décimo
6 Primeiro dia do mês de dezembro de dois mil e dezessete, às quatorze horas,
7 reuniu-se o **CONSELHO ESTADUAL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E**
8 **COMBATE A CORRUPÇÃO** em conjunto com o **CONSELHO ESTADUAL DE**
9 **CONTROLE INTERNO – CECI** o sob a Presidência do Sra. **Zilma Perteli**,
10 respondendo pelo cargo de Secretário de Estado de Controle e Transparência e
11 Presidente do Conselho. A reunião foi secretariada pelo servidor **RICARDO**
12 **MONTEIRO OLIVEIRA** e contou com a presença dos seguintes representantes dos
13 órgãos participantes: Alex Pretti, representante suplente da Defensoria Pública do
14 Estado do Espírito Santo - DPES; Antonio Wilson Rocha Almeida, representante da
15 Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Espírito Santo -
16 FECOMERCIO; Cláudio de O. Santos Colnago, representante da OAB, Edmar
17 Camata, representante da ONG Transparência Capixaba; Emanuel Junqueira,
18 representante da Universidade Federal do Estado do Espírito Santo – UFES;
19 Edebrand Cavalieri, representante do Conselho de Ética; Zilma Peterli, Presidente
20 do Conselho e representante da Secretaria de Estado de Controle e Transparência -
21 SECONT; Fabiana Alves da Silva, representante suplente da Secretaria de Estado
22 da Fazenda – SEFAZ; Fernando Antônio Marins de Albuquerque, representante
23 suplente da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos – SEGER; Lidson
24 Fausto da Silva, representante do Ministério Público do Estado do Espírito Santo –
25 MPEES e Sandra Mara Magevski, representante suplente da Secretaria de Estado
26 de Orçamento e Planejamento – SEP. Também participaram da reunião Letícia
27 Campos Souza – Auditora do Estado e responsável pela gestão do Planejamento
28 Estratégico da SECONT, Flávia Martins, Assessora de Comunicação da SECONT, e
29 os membros do Conselho de Controle Interno. I. Foi declarada aberta a Sessão
30 Conjunta pela Presidente. II. Na ordem do dia, o Secretário-Executivo fez a
31 apresentação da pauta da reunião, que foi a seguinte: 1) Abertura da reunião -
32 Presidente do Conselho; 2) Apresentação dos membros dos Conselhos; 3) Informes;
33 4) Aprovação do documento final do Planejamento Estratégico do CECI para o
34 período de 2018-2021; 5) Leitura e discussão da Ata da 21ª Reunião Ordinária do
35 Conselho Estadual de Controle Interno; 6) Leitura e discussão da Ata da 30ª
36 Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Transparência e Combate à Corrupção;
37 7) Questões de ordem e encaminhamentos. III. Em seguida, a Presidente
38 cumprimentou os presentes e deu prosseguimento à reunião. IV. Na sequência, o
39 Secretário-Executivo pediu para que os conselheiros se apresentassem, visto que o
40 objetivo da Reunião Conjunta é promover uma maior integração entre os membros
41 dos dois Conselhos, bem como as ações que vem sendo realizadas por ambos
42 colegiados. V. O Secretário-Executivo fez uma rápida explanação dos históricos dos
43 Conselhos. Em seguida, abriu a palavra para que os membros pudessem falar das
44 ações do seu respectivo Conselho. Assim, o representante da ONG Transparência



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONSELHO ESTADUAL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO-
CONSTRAN

45 Capixaba, Edmar Camata, iniciou o debate lembrando que a criação do Conselho de
46 Transparência, que hoje realiza sua 30ª Reunião Ordinária, foi uma demanda da
47 ONG, motivo para comemoração e orgulho, e que hoje tem sido bastante ativo,
48 discutindo e deliberando assuntos de suma importância. O conselheiro recordou o
49 pedido de informação, que também foi feito pela ONG, a respeito do uso de
50 helicóptero da PMES para transportar o deputado Sérgio Vidigal e lamentou a
51 postura que alguns órgãos estão adotando de somente responder satisfatoriamente
52 os pedidos de informação após impetrado recurso. Ele citou o exemplo do pedido de
53 informação relacionado ao estudo das águas, após a tragédia de Mariana. Lembrou
54 também do caso da CESAN, que após ter sido negado o pedido de informação,
55 coube ao Conselho impetrar recurso à CMRI, oportunidade em que logrou êxito sua
56 solicitação de divulgação da informação. Ele concluiu sua fala acrescentando que o
57 Conselho tem um papel importante na transparência ativa e passiva, frisando a
58 importância de implementar, nos órgãos públicos, a Cultura da Transparência, sendo
59 este um desafio para o Conselho no ano de 2018. Em complementação ao
60 conselheiro, o Secretário-Executivo informou que a SECONT, em parceria com a
61 ESESP, já treinou mais de 300 (trezentos) servidores na Lei de Acesso à
62 Informação, mas reconhece que ainda há muito a se fazer, destacando, inclusive,
63 que estão previstas no Plano Anual de Auditorias – PAA da SECONT, auditorias e
64 inspeções em transparência com a finalidade de realizar uma avaliação do
65 atendimento dos órgãos à LAI. Posteriormente, a representante do MPES no CECL,
66 Mariana Covre, informou que, segundo estatísticas, quem mais acessa os portais
67 são os próprios servidores, e a informação mais acessada é a de remuneração,
68 sendo necessário, portanto, entender porque a sociedade não sabe o que fazer com
69 as informações que estão disponíveis na transparência ativa. Na sequência, o
70 conselheiro Claudio Colnago, que representa a Ordem dos Advogados do Brasil –
71 Seccional Espírito Santo (OAB-ES) no Conselho, ressaltou que, para isso, a
72 informação tem de estar ao acesso de todos. Ele cita como exemplo o Portal da
73 Transparência do Executivo, onde é possível fazer o *download* das informações, em
74 planilhas, e fazer o tratamento desses dados. Para o conselheiro, isso é um ponto
75 muito positivo que pode ser reproduzido pelos demais órgãos. Segundo ele, a OAB
76 sempre defende que a transparência é a primeira forma de combate à corrupção, por
77 meio do controle social, e defende que isso pode ser simplificado com uma
78 linguagem simples e o acesso facilitado, argumentando que é imprescindível o uso
79 de *sites* responsivos, que possam ser acessados pelo *smartphone*, dispositivo onde
80 a maioria da população acessa a *Internet*. O Secretário-Executivo informou que a
81 SECONT está alinhada com o pensamento dos conselheiros, tanto que ampliou e
82 modernizou o Portal de Acesso a Informação, que terá seu lançamento em breve.
83 Segundo ele, a partir de 2018 a capacitação dos servidores será intensificada,
84 focada, principalmente, nas técnicas de classificação das informações. Ele também
85 lembrou que a SECONT participa de uma iniciativa de desenvolvimento do SAPE -
86 Sistema Administrativo de Processo Eletrônico, que irá possibilitar, no futuro, o
87 acesso aos processos administrativos de forma *online*. O conselheiro Edebrando
88 Cavalieri, representante do Conselho de Ética, também destacou a importância da



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONSELHO ESTADUAL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO-
CONSTRAN

89 participação social. Segundo ele, essa é uma questão extremamente pertinente,
90 profunda e desafiadora, pois vivemos em uma democracia ainda muito tenra, em
91 termos de história, e a transparência está diretamente ligada à questão democrática,
92 pois ela é o pilar central da conduta ética. Para ele, é preciso aprender a lutar pela
93 transparência num período em que a verdade está líquida, o que é um desafio para
94 a atual sociedade brasileira. Ele frisou que o Estado tem avançado bastante na área
95 da transparência e que o Portal vem para acrescentar nesse crescimento. A
96 representante do MPES no CECI, Dra. Mariana, mencionou alguns projetos do órgão
97 que representa, como a Controladoria na Escola, onde se ensina aos estudantes a
98 exercerem o controle social. Nesse sentido, sugeriu a união dos conselhos para a
99 realização de um trabalho conjunto que auxilie a sociedade em relação ao que fazer
100 com as informações que estão disponíveis nos portais da transparência, bem como
101 a forma de realizar a fiscalização. VI. Em seguida, o Secretário-Executivo passou a
102 palavra à Auditora Leticia, a quem coube realizar a apresentação do documento final
103 do Planejamento Estratégico do CECI. Ela iniciou fazendo um breve histórico
104 cronológico da construção do mesmo. Apresentou os valores do CECI definidos no
105 PE, quais sejam: integridade, transparência, competência, integração, cooperação e
106 ética. Na visão não foram estabelecidos objetivos com prazos, em virtude da
107 dificuldade de integração das legislações dos controles internos dos Poderes. Ela
108 fez uma breve explanação das ações, informando os respectivos prazos e gestores,
109 frisando que algumas ações ainda estavam sem gestores, sendo que algumas delas
110 foram prontamente assumidas por conselheiros. Outra questão abordada pelos
111 conselheiros foi a necessidade de investimentos em capacitação para os
112 responsáveis pelo controle interno e transparência nos órgãos membros do CECI.
113 Neste sentido, o representante da UFES no Conselho da Transparência, Sr.
114 Emanuel, se colocou à disposição, por meio da instituição que representa, para
115 desenvolver projetos de capacitação nos assuntos em que aquela instituição possua
116 profissionais qualificados e se compromete, nas áreas onde não possua material
117 humano, indicar profissionais de outras universidades federais e estaduais. VII. Na
118 sequência, o Secretário-Executivo deu início à leitura das atas da 21ª Reunião
119 Ordinária do CECI e da 29ª Reunião do Conselho de Transparência Pública e
120 Combate a Corrupção, que foram aprovadas por unanimidade pelos membros
121 presentes, de cada um dos conselhos. VIII. Aberta a palavra, para considerações
122 finais, o Dr. Cláudio Colnago lembrou a discussão realizada no âmbito do
123 Conselho da Transparência junto à SESP, em que o Subsecretário Vinicius, em uma
124 Reunião Ordinária, informou que seria feito um estudo sobre a possibilidade da
125 adoção de filmagens nas operações policiais, principalmente nas manifestações
126 populares. Ficando, portanto, deliberado que: o Secretário-Executivo iria
127 encaminhar ofício ao Subsecretário Vinicius Xavier Teixeira, para prestar
128 informações quanto ao andamento do mencionado estudo. Em seguida, o Sr.
129 Fernando, representante da DPES no CECI, parabenizou a SECONT, pela maneira
130 e dedicação que tem conduzido o Conselho de Transparência. O Secretário-
131 Executivo, por sua vez, frisou que os créditos são de todos os membros, que têm
132 participado de maneira ativa das reuniões. Por fim, foram aprovadas as agendas de



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONSELHO ESTADUAL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO-
CONSTRAN

133 reuniões dos conselhos, sendo que as reuniões ordinárias do Conselho da
134 Transparência serão realizadas, conforme regimento interno, na última quarta-feira
135 dos meses pares, e a do Conselho Estadual de Controle Interno - CECI, na segunda
136 quarta-feira dos meses pares. IX. Encerramento: Esgotada a pauta, a Presidente
137 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão conjunta dos
138 conselhos, às dezessete horas, do que, para constar, eu, **RICARDO MONTEIRO**
139 **OLIVEIRA**, Secretário-Executivo, lavrei a presente ata que, depois de conferida, vai
140 assinada por mim _____, pela Senhora Presidente e pelos
141 demais presentes.

142
143
144

ZILMA PETERLI

Representante da SECONT – Titular

FABIANA ALVES DA SILVA

Representante do SEFAZ – suplente

FERNANDO DE ALBUQUERQUE

Representante da SEGER – suplente

SANDRA MARA MAGEVSKI

Representante do SEP - suplente

EMANUEL JUNQUEIRA

Representante do UFES – titular

CLÁUDIO COLNAGO

Representante do OAB – titular

EDMAR CAMATA

Representante da ONG Transparência
Capixaba – titular

EDEBRANDE CAVALIERI

Representante do Conselho de Ética
- titular

JASSEIR ALVES FERNANDES

Representante do CUT - titular

MURILO PEDRONI

Representante do FAES - titular

145

ALEX PEOTTI
PROCURADOR PÚBLICO

Francisco M Berdeal
Promotor de Justiça